

Grupo Econômico Balbo

**Demonstrações financeiras
combinadas em 31 de março de
2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas	5
Balancos patrimoniais combinados	8
Demonstrações combinadas de resultados	9
Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes	10
Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas	13

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração das Companhias Combinadas do Grupo Econômico Balbo por controle comum, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras combinadas que compreendem o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de março de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2023 foi caracterizado por um período de estabilidade do PIB e alterações moderadas na variação cambial. Tivemos ainda que conviver no exercício encerrado em 2023 com um aumento na taxa de juros, moderado aumento ao crédito, porém em um ambiente de grandes incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente com a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e as eleições presidenciais.

Contexto do Grupo Econômico

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais.

Neste exercício tivemos uma redução de 4,1% na moagem de cana-de-açúcar e consequentemente redução de 6,9% na produção industrial, em relação ao exercício anterior. Porém, em contrapartida, tivemos um expressivo aumento no preço do açúcar e redução no preço do etanol, condições estas que se traduziram em um resultado consistente baseado nas nossas expectativas e projeções de resultado comprados ao exercício anterior, gerando valor para os acionistas do Grupo Econômico Balbo.

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. A Native, segmento de produtos orgânicos do Grupo Econômico Balbo, continuou sua trajetória de crescimento e a expansão de sua linha de produtos solidificando-se como a marca de referência no mercado de produtos orgânicos no Brasil e suas operações no mercado externo se mantiveram consistentes em relação ao exercício anterior. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de etanol orgânico neutro, energia elétrica e levedura destinada a ração animal, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário, e em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, ambos no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais 95% dos lotes existentes. Estamos ainda avaliando outras oportunidades e estudos de novos projetos na região.

Outra informação relevante é que durante a safra 22/23, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita líquida.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos das Companhias Combinadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Importante destacar que mantivemos todos nossos programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado ao Grupo Econômico Balbo acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo junto a nossa organização, com

taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido e expansão em nossa unidade industrial localizada no Estado de Minas Gerais.

Embora as projeções mundiais de produção de matéria prima e de produtos acabados para a safra 23/24 sejam de pequena recuperação, estamos confiantes na manutenção dos preços dos nossos produtos e na eficiência da nossa capacidade de gestão operacional para esta nova safra.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 22/23 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico e mercadológico. Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 30 de junho de 2023.
Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e Acionistas do

Grupo Econômico Balbo

Sertãozinho – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A., Uberaba Energia Ltda., Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., do “Grupo Econômico Balbo”, que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo Econômico Balbo em 31 de março de 2023, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo Econômico Balbo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras combinadas, que descreve que as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo Econômico Balbo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas para fornecer em uma única demonstração a situação patrimonial e financeira do Grupo Econômico Balbo relativa as operações mencionadas na Nota explicativa nº 3, aos acionistas, às instituições financeiras, e aos fornecedores para fins de processo de manutenção e/ou obtenção de linhas de crédito e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização e informação da administração do Grupo Econômico Balbo, das instituições financeiras e fornecedores, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas especificadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras combinadas do exercício anterior

Os balanços patrimoniais combinados em 31 de março de 2022 e as demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras combinadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 30 de junho de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório dos auditores

A administração do Grupo Econômico Balbo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras das entidades do Grupo Econômico Balbo e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Econômico Balbo em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações



financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo Econômico Balbo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Econômico Balbo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Econômico Balbo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Econômico Balbo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de junho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Grupo Econômico Balbo

Balancos patrimoniais combinados em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2023	31/03/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	547.094	614.060	Fornecedores	19	111.008	97.207
Títulos de capitalização		598	600	Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	128.514	185.311
Contas a receber - Clientes	8	79.455	72.947	Passivo de arrendamento	21	16.745	16.854
Contas a receber - Cooperativa	9	98.175	107.427	Instrumentos financeiros derivativos	25	2.987	4.410
Estoques	10	120.288	128.178	Impostos e contribuições a recolher	22	10.830	11.455
Ativo biológico	11	172.486	191.654	Imposto de renda e contribuição social a recolher		6.984	13.745
Adiantamentos a fornecedores	12	103.864	79.880	Salários e contribuições sociais		42.754	38.884
Instrumentos financeiros derivativos	25	10.941	1.310	Demais passivos	23	25.186	24.767
Impostos a recuperar	13	95.053	55.409				
Demais ativos		2.607	1.833				
				Total do passivo circulante		345.008	392.633
Total do ativo circulante		1.230.561	1.253.298				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Contas a receber - Clientes	8	11.535	13.531	Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	486.465	590.760
Contas a receber - Cooperativa	9	50.063	39.717	Financiamentos Cooperativa	20	46.211	45.993
Impostos a recuperar	13	57.872	65.500	Passivo de arrendamento	21	42.647	56.841
Depósitos judiciais	14	165.341	113.894	Impostos e contribuições a recolher	22	6.018	3.988
Demais ativos		3.261	3.407	Demais passivos	23	83.953	81.419
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	141.368	142.758
				Provisão para contingências	24	152.452	103.482
				Total do passivo não circulante		959.114	1.025.241
				Total do passivo		1.304.122	1.417.874
Investimentos	17	137.556	117.414				
Imobilizado	18	1.113.940	987.840	Patrimônio líquido	27	1.533.203	1.257.620
Intangível		1.839	1.196				
Direito de uso	21	65.356	79.697				
Total do ativo não circulante		1.606.764	1.422.196				
Total do ativo		2.837.325	2.675.494	Total do passivo e patrimônio líquido		2.837.325	2.675.494

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receitas	28	1.760.139	1.815.361
Custos dos produtos vendidos	29	(1.343.751)	(1.317.296)
Valor justo do ativo biológico	11	<u>18.737</u>	<u>71.359</u>
Lucro bruto		435.125	569.424
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	30	(104.471)	(83.961)
Administrativas e gerais	30	(94.939)	(81.913)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	<u>174.013</u>	<u>169.071</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		409.728	572.621
Receitas financeiras		78.536	28.296
Despesas financeiras		(108.821)	(119.622)
Variação cambial, líquida		<u>957</u>	<u>2.725</u>
Despesas financeiras e cambiais, líquidas	32	<u>(29.328)</u>	<u>(88.601)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		380.400	484.020
Imposto de renda e contribuição social correntes		(117.399)	(131.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>1.390</u>	<u>(17.449)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>264.391</u></u>	<u><u>335.140</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Lucro líquido do exercício	264.391	335.140
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>264.391</u>	<u>335.140</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Total</u>
Saldos em 31 de março de 2021	991.512
Distribuição de dividendos (Nota 27)	(9.098)
Aquisição de ações de acionistas (Nota 27)	(58.266)
Lucro líquido do exercício	335.140
Destinações:	
Dividendos obrigatórios (Nota 27)	<u>(1.668)</u>
Saldos em 31 de março de 2022	<u><u>1.257.620</u></u>
Distribuição de dividendos (Nota 27)	(15.630)
Reserva reflexa de investida	28.100
Lucro líquido do exercício	264.391
Destinações:	
Dividendos obrigatórios (Nota 27)	<u>(1.278)</u>
Saldos em 31 de março de 2023	<u><u>1.533.203</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		380.400	484.020
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		260.261	201.934
Resultado na baixa de ativo imobilizado	31	(10.700)	(872)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	(18.737)	(71.359)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	11	191.654	210.819
Juros e variações cambiais provisionados	16	96.122	74.886
Constituição de provisão para contingências	24	48.970	32.897
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	32	2.715	16.088
Provisão para estoques obsoletos	10	(66)	155
(Reversão) para perdas esperadas	8	(102)	(2.478)
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	16.483	10.085
Provisão parte crédito presumido ICMS	23	1.818	4.287
Receita de dividendos mensurados ao custo	31	(268)	(18.332)
Ganho por variação patrimonial de investida	31	(47.982)	(68.766)
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber		(5.581)	14.034
Estoques		7.957	(31.329)
Impostos a recuperar		(7.380)	6.519
Adiantamentos a fornecedores		(23.984)	(2.628)
Demais ativos		(36.168)	(2.316)
Depósitos judiciais		(51.447)	(36.307)
Instrumentos financeiros derivativos		(13.906)	2.104
Fornecedores		13.801	(2.248)
Salários e contribuições sociais		3.872	3.336
Impostos e contribuições a recolher		(41.210)	(25.471)
Demais passivos		39.445	3.794
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
		805.967	802.852
Juros pagos ou recebidos	16	(79.174)	(60.544)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(77.867)	(107.485)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
		648.926	634.823
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	11	(153.749)	(120.295)
Aquisição de ativo imobilizado	18	(387.097)	(301.452)
Aquisição de ativo intangível		(784)	(1.677)
Recebimento de dividendos		63.648	4.588
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	31	11.576	3.052
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
		(466.406)	(415.784)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(18.105)	(15.999)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	16	2.624	508.753
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	16	(169.926)	(362.027)
Pagamento de dividendos		(59.541)	(19.250)
Aquisição de ações de acionistas		(4.538)	(10.350)
Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades de financiamentos			
		(249.486)	101.127
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		(66.966)	320.166
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		614.060	293.894
No fim do exercício	7	547.094	614.060
		(66.966)	320.166

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades do Grupo Econômico Balbo compreendem as operações das seguintes Companhias:

a. Investidoras

Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A.

As atividades das Companhias compreendem, basicamente, a produção e comércio de açúcar e etanol (convencionais e orgânicos), além da participação em outras empresas.

Aproximadamente 45% da cana-de-açúcar processada pela Usina Santo Antônio S.A. e 58% da Usina São Francisco S.A. são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

As Companhias são cooperadas da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. (“Cooperativa”), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol convencional nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado proporcional à produção entregue à Cooperativa e reconhecido contabilmente pelo cooperado através do Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1.986.

b. Investidas

Usina Uberaba S.A.

A Companhia, com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Companhia é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986.

Aproximadamente 58% da cana-de-açúcar processada é própria, sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.

A atividade preponderante é o comércio de produtos orgânicos no mercado de varejo.

Agropecuária Iracema Ltda.

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

PHB Industrial S.A.

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxitirato (PHB) e Polihidroxitirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (Project Design Package) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada.

A administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (BIOCYCLE) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração da Companhia, ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova Joint Venture com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Uberaba Energia Ltda.

A subsidiária Uberaba Energia Ltda. tem por objeto social a atividade de produzir, consumir e comercializar energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica produzida a partir de matéria prima adquirida ou consorciada de terceiros.

1.1 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (CBIOs) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

Estamos comercializando os certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional das Companhias combinadas, quando do reconhecimento do direito do PN66.

1.2 *Conflito internacional entre Rússia e Ucrânia*

No exercício de 2022, mais precisamente em 24 fevereiro, tivemos o inesperado início da guerra entre Rússia e Ucrânia, que continua até o presente momento. Tal evento provocou enormes sanções e embargos econômicos à Rússia e sua aliada Belarus, feitos por outros países, tanto da Ásia, como Europa e América. Sendo a Rússia um dos principais fornecedores de suprimentos mundial em relação a fertilizantes, a manutenção da guerra pode afetar a cadeia de suprimentos de fertilizantes das Companhias Combinadas e de seus fornecedores, pois o Brasil é altamente dependente de importações desses países. Os fertilizantes correspondem a cerca de 2,1% dos custos dos produtos vendidos pelas Companhias combinadas.

Outro efeito negativo desta guerra é a elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, o que afeta diretamente no aumento dos custos com óleo diesel, que corresponde a cerca de 5,4% dos custos dos produtos vendidos das Companhias Combinadas, gerando ainda impactos negativos sobre os custos logísticos.

As Companhias Combinadas, por terem um elevado cultivo de cana orgânica que não utiliza fertilizantes químicos, tende a ter um impacto menor nos seus custos, mas a administração vem monitorando outros potenciais reflexos econômicos sobre suas operações.

2 **Entidades do grupo**

As demonstrações financeiras combinadas incluem as seguintes entidades combinadas:

	2023			2022		
	Percentual de participação			Percentual de participação		
	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total
Controladas diretas						
Agropecuária Iracema Ltda.	61,75%	38,22%	99,97%	61,75%	38,22%	99,97%
Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	99,99%	99,99%	-	99,99%	99,99%
Importadora e Exportadora Ltda.						
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	61,77%	38,23%	100%	61,77%	38,23%	100%
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	61,77%	38,23%	100%	61,77%	38,23%	100%
Controladas em conjunto com combinação proporcional						
PHB Industrial S.A.	25,00%	25,00%	50,00%	25,00%	25,00%	50,00%
Usina Uberaba S.A.	27,50%	27,50%	55,00%	27,50%	27,50%	55,00%

As demonstrações financeiras utilizadas como base para combinação são aquelas apresentadas nos registros contábeis das Companhias combinadas e os saldos combinados do patrimônio líquido e do resultado do exercício correspondem aos saldos das controladoras, conforme abaixo:

Grupo Econômico Balbo
Demonstrações financeiras
combinadas em 31 de março de 2023

31 de março de 2023 Entidade	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante				
Usina Santo Antônio S.A.	488.716	920.078	(100.722)	(398.754)	(909.318)	173.048	825.733	(652.685)
Usina São Francisco S.A.	426.558	784.067	(161.745)	(420.048)	(628.832)	82.605	524.876	(442.271)
Usina Uberaba S.A. Consolidado	263.533	431.655	(96.366)	(138.707)	(460.114)	100.094	490.262	(390.168)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	3.483	79	(1.658)	(60)	(1.303)	(181)	-	(81)
PHB Industrial S.A.	1.247	8.868	(257)	(1.625)	(8.233)	(9.252)	489	(9.741)
Agropecuária Itacema S.A.	10.479	62.445	(246)	-	(72.678)	12.278	8.133	4.145
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda	37.367	4.135	(791)	(37.297)	(3.415)	3.346	1026	2.320
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltd	16.206	7.400	(324)	(18.695)	(4.587)	1.569	510	1.059
Totalantes das eliminações	1.247.589	2.218.727	(362.109)	(1.015.727)	(2.088.480)	363.507	1.851.029	(1.487.522)
(-) Eliminações	(17.104)	(611.887)	17.101	56.613	555.277	(99.116)	(90.890)	(8.226)
Total após as eliminações	1.230.485	1.606.840	(345.008)	(959.114)	(1.533.203)	264.391	1.760.139	(1.495.748)

31 de março de 2022 Entidade	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante				
Usina Santo Antônio S.A.	442.129	797.701	(125.911)	(380.038)	(733.880)	200.948	814.314	(613.366)
Usina São Francisco S.A.	473.723	708.526	(180.301)	(464.523)	(537.425)	132.934	540.331	(407.397)
Usina Uberaba S.A.	314.889	337.950	(100.597)	(178.182)	(374.059)	173.484	547.927	(374.443)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	3.624	79	(1.618)	(60)	(1.484)	(175)	-	(175)
PHB Industrial S.A.	1.170	17.359	(563)	(5.257)	(12.709)	(2.275)	72	(2.347)
Agropecuária Itacema S.A.	780	60.345	(12.569)	-	(48.556)	4.864	6.905	(2.041)
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda	33.073	4.990	(377)	(35.123)	(2.562)	2.493	1.500	993
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltd	13.534	8.542	(298)	(17.658)	(4.120)	1.102	936	166
Totalantes das eliminações	1.282.922	1.935.491	(422.234)	(1.081.383)	(1.714.795)	513.375	1.911.985	(1.398.610)
(-) Eliminações	(29.624)	(513.294)	29.604	56.139	457.175	(178.235)	(96.623)	(8.161)
Total após as eliminações	1.253.298	1.422.196	(392.633)	(1.025.244)	(1.257.620)	335.140	1.815.361	(1.480.221)

As demonstrações financeiras da PHB Industrial S.A. e Usina Uberaba S.A., por se tratar de companhias controladas em conjunto, foram combinadas na respectiva proporção da participação no seu capital social. Os saldos que serviram de base para combinação estão assim representados:

PHB Industrial S.A. Ativos	31/03/2023	31/03/2022	Passivos e patrimônio líquido	31/03/2023	31/03/2022
Circulante	2.493	2.340	Circulante	514	1.125
Não circulante	5.663	5067	Não circulante	3.250	10.514
Imobilizado, intangível e diferido	12.073	29.650	Patrimônio líquido	16.465	25.418
	20.229	37.057		20.229	37.057

Usina Uberaba S.A. (Consolidado) Ativos	31/03/2023	31/03/2022	Passivos e patrimônio líquido	31/03/2023	31/03/2022
Circulante	479.150	572.802	Circulante	175.211	182.904
Não circulante	36.411	23.165	Não circulante	252.195	323.968
Investimentos, imobilizado e diferido	748.416	591.013	Patrimônio líquido	836.571	680.108
	1.263.977	1.186.980		1.263.977	1.186.980

2.1 Aporte investida Uberaba Energia Ltda.

Em 07 de novembro de 2022 foi aprovado em reunião de Conselho de Administração da Companhia Usina Uberaba S.A., a criação de uma nova sociedade denominada Uberaba Energia Ltda., subsidiária integral desta Companhia, em continuidade ao projeto de Cogeração de Energia elétrica. O acervo líquido da subsidiária integral está composto da seguinte forma:

	<u>Acervo</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	35.000
Adiantamento a fornecedores	<u>20.771</u>
	<u>55.771</u>
Não circulante	
Imobilizado	<u>17.500</u>
Total do ativo	<u><u>73.271</u></u>
Passivo	
Patrimônio líquido	
Capital social	<u>73.271</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>73.271</u></u>

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo incluem: Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A. (consolidado), Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., referem-se em conjunto ao que denominamos Grupo Econômico Balbo, foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Econômico Balbo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, essas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo de *performance* financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Crerios de elaboraçaõ das demonstraões financeiras combinadas

Demonstraões financeiras combinadas é um único conjunto de demonstraões financeiras de duas ou mais entidades que estãõ sob controle comum. As Companhias combinadas utilizaram a definiçaõ de controle do CPC 36 (R3) Demonstraões Consolidadas, quando da avaliaçaõ da existênciã de controle comum, e do CPC 19 (R2) Negõcios em Conjunto, quando da avaliaçaõ da existênciã de controle em conjunto.

Nesse contexto, para fins de apresentaçaõ das demonstraões financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo os seguintes requerimentos foram cumpridos:

- As entidades sujeitas à combinaçaõ, citadas na nota explicativa 2, estãõ sob o controle comum de acordo com a definiçaõ de controle do CPC 36 (R3) - Demonstraões Consolidadas e CPC 19 (R2) – Negõcios em Conjunto; e
- Os princípios do CPC 44 - Demonstraões Combinadas foram utilizados na combinaçaõ das demonstraões financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo.
- Saldos e transações entre as empresas do Grupo Econômico Balbo, e quaisquer receitas ou despesas nãõ realizadas derivadas de transações entre as empresas Grupo Econômico Balbo foram eliminadas na elaboraçaõ das demonstraões financeiras combinadas. Ganhos nãõ realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalênciã patrimonial foram eliminados contra o investimento na proporçaõ da participaçaõ do Grupo Econômico Balbo na investida. Perdas nãõ realizadas foram eliminadas da mesma maneira como sãõ eliminados os ganhos nãõ realizados, mas somente na extensãõ em que nãõ haja evidênciã de perda por reduçaõ ao valor recuperável; e
- As práticas contábeis sãõ uniformes para todas as entidades combinadas.

O Grupo Econômico Balbo elaborou um conjunto completo de demonstraões financeiras individuais das Companhias Usina Santo Antõnio S.A., Usina Sãõ Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. para o exercíciõ findo em 31 de março de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente. A administraçaõ optou por nãõ efetuar e divulgar demonstraões financeiras consolidadas em funçaõ da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidaçaõ, uma vez que a posiçaõ patrimonial e financeira das investidas nãõ é relevante para fins de consolidaçaõ.

A emissãõ das demonstraões financeiras combinadas foi autorizada pela administraçaõ em 30 de junho de 2023. Apõs a sua emissãõ, somente os acionistas tẽm o poder de alterar as demonstraões financeiras combinadas.

Detalhes sobre as principais polítics contábeis do Grupo, estãõ apresentadas na nota explicativa n° 4.

Todas as informaões relevantes prõprias das demonstraões financeiras combinadas, e somente elas, estãõ sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administraçaõ na sua gestãõ.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional das Companhias combinadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), os quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras das Companhias combinadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4.4 (iii)** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 21** – Passivo de arrendamento e direito de uso;
- **Nota 25** - Instrumentos financeiros.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 11** - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 24** -Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas.

4.1 Base de combinação

(i) Investimentos em controladas e sociedades controladas em conjunto (joint venture)

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras combinadas a partir da data em que o controle ou, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo Econômico Balbo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo econômico na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das Companhias combinadas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

As Companhias combinadas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

- (i) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento**
Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, as Companhias combinadas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- (ii) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

As Companhias combinadas contratam instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- a. **Hedge de valor justo**

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. As Companhias combinadas só aplicam a contabilidade de *hedge* de valor justo para se protegerem contra o risco de taxas de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) *Capital social*

Ações ordinárias nominativas das Companhias combinadas são classificadas como patrimônio líquido. As Companhias combinadas não possuem ações preferenciais.

(v) *Dividendos*

Os dividendos obrigatórios, conforme definidos em estatuto de cada uma das Companhias, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas das Companhias combinadas, em cada entidade individual.

4.4 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

As Companhias combinadas optaram por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A administração das Companhias combinadas realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pelas próprias Companhias combinadas incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas /despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo econômico obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	Entre 23 e 26 anos
Maquinismos, instalações e equipamentos	Entre 3 e 29 anos
Veículos	Entre 9 e 14 anos
Máquinas e implementos agrícolas	Entre 8 e 16 anos
Móveis e utensílios	Entre 8 e 10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção)	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4.5 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurado na data de corte.

4.6 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pelas Companhias combinadas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

4.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

As Companhias combinadas avaliam a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, as Companhias combinadas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das Companhias combinadas, que não os ativos biológicos, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, as Companhias combinadas não identificaram indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se as Companhias combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se as Companhias combinadas tiverem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

4.11 Receita operacional

(i) *Venda de produtos – Açúcar e etanol orgânicos e demais produtos orgânicos*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimadas de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção das Companhias combinadas em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

(iii) Venda de produtos - cana-de-açúcar, energia elétrica, bagaço de cana e levedura

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(iv) Venda de produtos - comercialização de lotes

As receitas provenientes da comercialização de lotes são reconhecidas mediante instrumentos de venda e compra, quando da transferência de controle e riscos dos lotes vendidos.

4.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real, exceto as Companhias combinadas Agropecuária Iracema Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., as quais optam, conforme facultado pela Lei nº9.430/96, por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre o lucro pelo regime de “Lucro Presumido”, de acordo com a sistemática de cálculo estabelecida pela Leis nº8.981/95 e 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas.

Na determinação do imposto de renda correntes e diferidos as Companhias combinadas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. As Companhias combinadas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam as Companhias combinadas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção das Companhias combinadas e suas atividades industriais estão sujeitas às regulamentações ambientais. As Companhias combinadas diminuem o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. As Companhias combinadas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis, nos regulamentos em vigor.

As Companhias combinadas possuem certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, as Companhias combinadas recebem processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos.

Assim, buscam, além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

4.15 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo Econômico Balbo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, o Grupo Econômico Balbo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

O Grupo Econômico Balbo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (Nota 21).

O Grupo Econômico Balbo remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O Grupo Econômico Balbo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se as Companhias combinadas podem exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento das Companhias combinadas.

As Companhias combinadas reconhecem o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

As Companhias combinadas e suas coligadas não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

4.16 Ativos contingentes

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a Companhia divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

Fixação de preços defasados

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa, da qual as Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. são cooperadas, por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. Em setembro de 2021, a Cooperativa realizou o levantamento da quarta parcela do primeiro precatório e em outubro de 2021 o levantamento da terceira parcela do segundo precatório, sendo atribuído a estas Companhias combinadas, até 31 de março de 2023, o montante bruto de R\$ 123.172 (até 31 de março de 2022, R\$ 107.502), transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos sobre este valor os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS, no montante de R\$ 24.046 (em 31 de março de 2022, R\$ 21.005), apresentado na Nota 31, na rubrica Provisões e Despesas sobre Verba Indenizatória. Segundo informações da Cooperativa, detentora da ação, ainda se encontram pendentes recursos e ações judiciais sobre o restante do valor pretendido no processo, para os quais, na data base da elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a melhor estimativa da Administração da Cooperativa é de ser o crédito provável.

Paralelamente, a Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade.

Sobre a receita acima mencionada, recebida pelas Companhias combinadas, por também entender que o valor repassado pela Cooperativa se trata de verba indenizatória, a administração das Companhias combinadas propôs ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre este valor, garantindo esta discussão mediante depósito judicial, e constituiu provisão para contingência de igual valor demonstrados nas Notas 14 e 24.

PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19

As Companhias Combinadas Usina Santo Antonio S.A. e Usina São Francisco S.A. ingressaram em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável das Companhias Combinadas, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas da Companhia, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS, estamos efetuando o levantamento dos valores envolvidos de acordo com o entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, para posterior registro, e ainda aguardamos o julgamento do MS.

Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo par fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

As Companhias combinadas também discutiram judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em mandado de segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A administração, em conjunto com assessores internos e externos, está efetuando o levantamento dos valores envolvidos, que dependem no momento de informações não disponíveis de terceiros, para posterior reconhecimento do direito adquirido. Este trabalho será finalizado em julho de 2023, momento em que serão apurados e provisionados os valores envolvidos.

Além disto, está sendo avaliado em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota Ad Rem que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol.

4.17 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que as Companhias combinadas irão atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As Companhias combinadas destinam o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de apurarem prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pelas Companhias combinadas estão divulgadas na nota 13(iv) e nota 27c(iii) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2023.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis das Companhias combinadas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pelas Companhias combinadas, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Companhias combinadas usam seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

6 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2023. O Grupo Econômico Balbo não adotou essas normas de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, o Grupo Econômico Balbo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

O Grupo Econômico Balbo está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo Econômico Balbo:

- Contratos de Seguros (CPC 50).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e bancos	10.540	2.550
Aplicações financeiras	536.554	611.510
	547.094	614.060

O Grupo Econômico Balbo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 110% do CDI (em 31 de março de 2022 a remuneração variava entre 100% e 110% do CDI).

A exposição das Companhias combinadas a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

8 Contas a receber - Clientes

	31/03/2023	31/03/2022
Contas a receber (i)	78.135	70.705
Contas a receber - venda de lotes (ii)	15.084	18.104
	<u>93.219</u>	<u>88.809</u>
(-) Provisão para perdas esperadas	(2.229)	(2.331)
	90.990	86.478
Circulante	<u>(79.455)</u>	<u>(72.947)</u>
Não circulante	<u>11.535</u>	<u>13.531</u>

- (i) Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria.
- (ii) Refere-se a venda de lotes das Companhias combinadas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A exposição a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado, inclusive referente aos saldos que a Usina São Francisco S.A. tem a receber, os quais possuem carta fiança para proteger grande parte do risco de perdas com esses saldos.

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial	(2.331)	(4.809)
(-) Reversão de provisão	102	2.478
	<u>(2.229)</u>	<u>(2.331)</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	31/03/2023	31/03/2022
A vencer		
até 30 dias	22.542	29.009
de 31 até 90 dias	44.482	30.542
de 91 até 180 dias	1.772	1.808
acima de 180 dias	13.218	15.514
	<u>82.014</u>	<u>76.873</u>
Vencidos		
até 30 dias	5.164	8.606
de 31 até 90 dias	1.641	1.313
de 91 até 180 dias	1.223	308
acima de 180 dias	3.177	1.709
	<u>11.205</u>	<u>11.936</u>
	<u>93.219</u>	<u>88.809</u>

9 Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção em relação às demais cooperadas.

A exposição a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

10 Estoques

	31/03/2023	31/03/2022
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar cristal	56	782
Etanol	-	521
Produtos orgânicos		
Açúcar orgânico	60.479	49.093
Etanol orgânico	17.029	30.009
Outros produtos orgânicos	10.325	12.099
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	33.902	37.243
Provisão para estoques obsoletos	(1.503)	(1.569)
	<u>120.288</u>	<u>128.178</u>

11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial	191.654	210.819
Aumentos decorrentes de tratamentos culturais	153.749	120.295
Reduções decorrentes da amortização	(191.654)	(210.819)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	18.737	71.359
	<u>172.486</u>	<u>191.654</u>
Ativos biológicos no final do exercício	<u>172.486</u>	<u>191.654</u>

Para o atendimento do CPC 29 - Ativo biológico foi utilizado o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

A variação do valor justo no resultado do exercício de 31 de março de 2023 foi de (R\$ 52.622) (2022 – R\$ 54.305).

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

Usina Santo Antônio S.A.	31/03/2023	31/03/2022
Área estimada de colheita (hectares)	13.295	14.157
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	95,00	79,80
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135,21	135,82
Valor do Kg de ATR	1,2382	1,2784
WACC (a.a.)	9,29%	8,03%
Usina São Francisco S.A.	31/03/2023	31/03/2022
Área estimada de colheita (hectares)	9.941	9.842
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	85,00	65,00
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	137,02	135,28
Valor do Kg de ATR	1,2269	1,2545
WACC (a.a.)	9,31%	8,06%
Usina Uberaba S.A.	31/03/2023	31/03/2022
Área estimada de colheita (hectares)	17.400	16.904
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	101,88	105,31
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	132,34	134,18
Valor do Kg de ATR	1,0652	1,3166
WACC (a.a.)	8,99%	8,19%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado das Companhias combinadas, o qual é revisado anualmente pela administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

As Companhias combinadas estão expostas a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

As Companhias combinadas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar e demais produtos orgânicos. É feita a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.1) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, as Companhias combinadas têm processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

As Companhias combinadas Usina Santo Antonio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. avaliaram o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 17.033 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 11.232 no valor justo do ativo biológico.

12 Adiantamentos a fornecedores

	31/03/2023	31/03/2022
Fornecedores de cana e parceria agrícola	101.043	73.376
Fornecedores diversos	2.821	6.504
	103.864	79.880

A cana-de-açúcar, matéria prima do etanol, quando do seu recebimento é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – CONSECANA. A realização do valor adiantado ocorre durante safra 23/24, a qual se inicia em abril de 2023, com expectativa de término em novembro de 2023.

13 Impostos a recuperar

	31/03/2023	31/03/2022
ICMS – saldo credor corrente (i)	24.207	8.400
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado (ii)	16.220	15.768
PIS e COFINS (iii)	75.445	78.815
IR / CS saldo negativo (iv)	17.825	-
IRRF	5.113	1.650
IPI	8.708	11.957
Outros	5.407	4.319
	152.925	120.909
Circulante	(95.053)	(55.409)
Não circulante	57.872	65.500

- (i) A Companhia combinada Usina Uberaba S.A., com objetivo de atenuar os efeitos da elevação dos preços dos combustíveis fósseis e manter o diferencial de competitividade na comercialização de biocombustíveis, o governo estadual repassou aos produtores de etanol, crédito outorgado de ICMS, proveniente do auxílio financeiro distribuído pelo governo federal aos Estados, em decorrência da Emenda Constitucional nº 123 de 2022. Considerando que a incidência do ICMS sobre a circulação dos combustíveis (EHC e EAC) está diferida até o fechamento desta demonstração financeira, houve o acúmulo de créditos fiscais. Estima-se uma mudança a curto/médio prazo na legislação para novamente tributar estes produtos e assim possibilitar a compensação deste valor.
- (ii) A Companhia combinada Usina Uberaba S.A., por aprovação unânime do seu Conselho Administrativo, aprovou um plano de expansão de suas operações, que envolveu a aquisição de novos equipamentos industriais e veículos agrícolas. Ao adquirir estes bens, creditou-se do valor do ICMS destacado na nota fiscal (direito), os quais serão utilizados para compensação de débitos futuros da mesma natureza.
- (iii) O aumento do saldo credor das Contribuições para o PIS/Pasep e da COFINS, ocorreu em função da iniciativa do governo federal em estimular o consumo e a retomada da economia, reduzindo a zero as alíquotas destas contribuições no período de 06/2022 a 02/2023, incidentes sobre a comercialização do etanol, inclusive para fins carburantes, mantendo ao contribuinte o direito ao crédito sobre as aquisições dos insumos utilizados no processo produtivo. Outros fatores que contribuíram para o aumento do saldo credor, foram: i) a possibilidade de apropriação do “crédito presumido” do PIS e da COFINS sobre aquisição do óleo diesel combustível, pois no mesmo período sua comercialização estava sujeita à alíquota zero dessas contribuições; e, ii) possibilidade de registrar o crédito de forma imediata sobre a imobilização de equipamentos industriais.

- (iv) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS com a adoção do quanto disposto no Art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14 da Companhia combinada Usina Uberaba S.A. No exercício findo em 31 de março de 2023, a Companhia combinada reconheceu o efeito de suas Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas, (i) “Diferimento do Álcool hidratado, conforme RICMS MG/2002, Anexo II Parte 1, item 36, “b”, (ii) Diferimento Álcool anidro, conforme RICMS MG/2002, Anexo II Parte 1, item 36, (III) Diferimento de Vinhaça em acordo item 69 Parte 1 do Anexo II do RICMS/MG, (IV) Diferimento Bagaço de Cana previsto no item 70 da Parte 1 do Anexo II – RICMS/MG, (V) Isenção das saídas de mudas de Cana-de-açúcar, item 1 Parte 1 do Anexo I 0 RICMS/MG e (VI) Isenção das Saídas Cinzas conforme item 23 da Parte 7 do Anexo I - RICMS/MG, decorrentes dos convênios 110 de 2007, com respaldo na Lei Complementar 160/2017, dispondo que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia combinada. Além dos efeitos no exercício corrente, foram também apurados os créditos líquidos do IRPJ e CSLL para o período de 2016 a 2020, proveniente de valores pagos a maior, reconhecimentos em 2022, e classificados no ativo como tributos a recuperar. Os impactos de atualização monetária sobre esses créditos tributários foram reconhecidos em receitas financeiras deste exercício.

14 Depósitos judiciais

	31/03/2023	31/03/2022
Verba indenizatória ação de preços (i)	148.865	99.895
Outros	16.476	13.999
	165.341	113.894

- (i) As Companhias combinadas efetuaram depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida (IAA – nota 4.16 – Ativo contingente), mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

A provisão pertinente ao depósito judicial está evidenciada na nota 24.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2023 e 2022, as Companhias combinadas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31		Saldo em 31		
	de março de	Reconhecidos	Saldo em 31 de	Reconhecidos	de março de
	2021	no resultado	março de 2022	no resultado	2023
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	17.571	(16.746)	825	1.607	2.432
Base negativa da contribuição social	7.122	(6.000)	1.122	(258)	864
Provisão para contingências	-	1.220	1.220	-	1.220
Provisão para perdas esperadas	-	792	792	-	792
Provisão para estoques obsoletos	-	442	442	-	442
	24.693	(20.292)	4.401	1.349	5.750
Passivo não circulante					
Ativo biológico - CPC 29	(42.726)	18.464	(24.262)	17.892	(6.370)
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(38.108)	(679)	(38.787)	1.071	(37.716)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	(462)	(1.579)	(2.041)	13	(2.028)
Valor justo investimentos	-	(11.776)	(11.776)	(16.314)	(28.090)
Depreciação acelerada incentivada	(68.021)	(1.711)	(69.732)	(2.696)	(72.428)
Outros	(685)	124	(561)	75	(486)
	(150.002)	2.843	(147.159)	41	(147.118)
	(125.309)	(17.449)	(142.758)	1.390	(141.368)

Período estimado de realização dos créditos tributários

Fundamentadas nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

Estima-se recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando da sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

	31/03/2023	31/03/2022
Empréstimos e financiamentos	661.190	822.064
Passivo de arrendamento	59.392	73.695
Aquisições de ações de acionistas	93.911	89.588
Total da dívida	814.493	985.347
Caixa e equivalente de caixa	(547.094)	(614.060)
Total da dívida líquida	267.399	371.287

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Aquisições de ações	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2021	676.047	57.447	28.927	762.421	(293.894)	468.527
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	508.753	-	-	508.753	-	508.753
Pagamentos - Principal	(362.027)	(15.999)	(11.386)	(389.412)	-	(389.412)
Pagamentos - Juros	(60.544)	-	-	(60.544)	-	(60.544)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	(320.166)	(320.166)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	30.977	58.266	89.243	-	89.243
Juros provisionados	59.835	1.270	-	61.105	-	61.105
Atualização de aquisições de ações	-	-	13.781	13.781	-	13.781
Dívida líquida em 31 de março de 2022	822.064	73.695	89.588	985.347	(614.060)	371.287
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	2.624	-	-	2.624	-	2.624
Pagamentos - Principal	(169.398)	(18.105)	(4.538)	(192.041)	-	(192.041)
Pagamentos - Juros	(79.671)	-	-	(79.671)	-	(79.671)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	66.966	66.966
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	2.142	-	2.142	-	2.142
Juros provisionados	85.571	1.660	-	87.231	-	87.231
Atualização de aquisições de ações	-	-	8.861	8.861	-	8.861
Dívida líquida em 31 de março de 2023	661.190	59.392	93.911	814.493	(547.094)	267.399

17 Investimentos

	31/03/2023	31/03/2022
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	16.563	16.563
Copersucar S.A.	119.151	99.039
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	1.120	1.120
União São Paulo S.A.	556	556
Outros investimentos avaliados ao custo	166	136
	137.556	117.414

- (i) Ágio na aquisição de ações das coligadas e controladas Usina Uberaba S.A. e Agropecuária Itacema S.A. A realização dar-se-á em eventual alienação ou pela sua redução ao valor recuperável (*impairment*).

18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
Saldo em 31 de março de 2021	47.769	172.390	50.662	67.935	1.378	100.813	55.099	20.293	125.609	245.072	887.020
Adições	280	3.846	3.154	13.163	226	141.732	7.642	8.397	59.002	65.717	303.159
Alienações	-	(1.368)	(512)	(241)	-	-	-	-	(59)	-	(2.180)
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(111.879)	-	-	-	-	(111.879)
Transferências	7.200	36.030	5.066	1.108	296	-	-	2.599	(52.298)	-	-
Depreciação	(2.108)	(18.486)	(3.041)	(7.553)	(271)	-	-	(2.468)	-	(54.354)	(88.280)
Saldo em 31 de março de 2022	<u>53.141</u>	<u>192.412</u>	<u>55.329</u>	<u>74.412</u>	<u>1.629</u>	<u>130.666</u>	<u>62.741</u>	<u>28.821</u>	<u>132.254</u>	<u>256.435</u>	<u>987.840</u>
Custo Total	91.338	486.370	125.255	131.961	5.614	950.668	62.741	54.466	132.254	662.932	2.703.599
Depreciação acumulada	<u>(38.197)</u>	<u>(293.958)</u>	<u>(69.926)</u>	<u>(57.549)</u>	<u>(3.985)</u>	<u>(820.002)</u>	<u>-</u>	<u>(25.645)</u>	<u>-</u>	<u>(406.497)</u>	<u>(1.715.759)</u>
Valor residual	<u>53.141</u>	<u>192.412</u>	<u>55.329</u>	<u>74.412</u>	<u>1.629</u>	<u>130.666</u>	<u>62.741</u>	<u>28.821</u>	<u>132.254</u>	<u>256.435</u>	<u>987.840</u>
Saldo em 31 de março de 2022	53.141	192.412	55.329	74.412	1.629	130.666	62.741	28.821	132.254	256.435	987.840
Adições	20	4.566	6.567	4.184	323	161.927	2.100	44.788	86.335	76.287	387.097
Alienações	-	(1)	(114)	(746)	(8)	-	-	(7)	-	-	(876)
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(147.827)	-	-	-	-	(147.827)
Transferências	11.972	75.733	5.201	8.473	9	-	-	576	(101.964)	-	-
Depreciação	(2.457)	(21.776)	(8.381)	(14.264)	(301)	-	-	(2.673)	-	(62.442)	(112.294)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>62.676</u>	<u>250.934</u>	<u>58.602</u>	<u>72.059</u>	<u>1.652</u>	<u>144.766</u>	<u>64.841</u>	<u>71.505</u>	<u>116.625</u>	<u>270.280</u>	<u>1.113.940</u>
Custo Total	103.330	566.666	136.908	143.873	5.939	1.112.595	64.841	99.824	116.625	739.219	3.089.820
Depreciação acumulada	<u>(40.654)</u>	<u>(315.732)</u>	<u>(78.306)</u>	<u>(71.814)</u>	<u>(4.287)</u>	<u>(967.829)</u>	<u>-</u>	<u>(28.319)</u>	<u>-</u>	<u>(468.939)</u>	<u>(1.975.880)</u>
Valor residual	<u>62.676</u>	<u>250.934</u>	<u>58.602</u>	<u>72.059</u>	<u>1.652</u>	<u>144.766</u>	<u>64.841</u>	<u>71.505</u>	<u>116.625</u>	<u>270.280</u>	<u>1.113.940</u>

Obras em andamento

Refere-se substancialmente a investimentos de melhoria e ampliação do parque industrial e otimização do processo industrial, para aumento da moagem, sendo os principais gastos incorridos com aquisição de aparelho de destilação e colunas de recuperação de etanol, evaporadores de caldo e vinhaça caldeira, ampliação da capacidade de armazenamento de etanol, projeto de cogeração sistema de vapor, instalação de sistema de expedição e armazenagem de açúcar, projeto sistema hídrico industrial, projeto de adequação à acessibilidade, automação cozedor, construção tanque de etanol e, na atividade agrícola/automotiva, os principais gastos incorridos foram projeto de ampliação do setor automotivo, construção de armazém para fertilizantes e sementes, aquisição de caminhões, tratores, colhedoras de cana-de-açúcar, tratores retroescavadeiras, conjunto de sistema de irrigação, tanques de água, dentre outros.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2023, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 97.566 (R\$ 109.691 em 31 de março de 2022) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado das Companhias combinadas foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2023, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios das Companhias combinadas. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 4.4 (iii).

19 Fornecedores

	31/03/2023	31/03/2022
Fornecedores de cana-de-açúcar	69.912	61.954
Fornecedores diversos	<u>41.096</u>	<u>35.253</u>
	<u>111.008</u>	<u>97.207</u>

A exposição aos riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar, a fornecedores e demais passivos é divulgada na nota 25.

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo econômico a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 25.

	31/03/2023	31/03/2022
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	128.514	185.311
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	486.465	590.760
Financiamentos Cooperativa (b)	46.211	45.993
	532.676	636.753
	661.190	822.064

a. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2023	31/03/2022
Nota de crédito de exportação (NCE)	R\$	01/2027	Juros de 1,15% a 3,80% a.a mais CDI	183.816	242.385
Cédula de crédito exportação (CCE)	R\$	09/2026	Juros de 1,33% a 3,16% a.a mais CDI	33.431	61.900
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros de 1,28% a 1,68% a.a mais CDI	18.413	38.912
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a	2.700	-
Custeio	R\$	06/2025	Juros pré-fixados de 6% a.a	5.738	7.650
FINAME	R\$	11/2028	Juros pré-fixados entre 2,5% a 5,5% a.a	5.972	9.200
FINAME	R\$	12/2029	Juros de 3,86% a 4,76% a.a mais TLP	80.755	93.978
FINAME	R\$	12/2029	Juros de 3% a.a mais Selic	7.701	6.781
Nota de crédito rural (NCR)	R\$	09/2023	Juros de 2,70% a.a. mais CDI	3.763	5.930
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	01/2027	Juros de 1,33% a 2,33% a.a mais CDI	78.797	123.128
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) (i)	R\$	07/2028	Juros de 2,47% a.a. mais CDI	114.541	109.822
Debêntures (ii)	R\$	08/2028	Juros de 1,5% a.a. mais CDI	79.352	76.384
				614.979	776.071
Circulante				(128.514)	(185.311)
Não circulante				486.465	590.760

- (i) Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) está totalmente atrelado a IPCA + 6,2932% a.a. A operação está indexada a DI+ 2,47% a.a. via contrato de *Swap*.
- (ii) Em 20 de agosto de 2021, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, pela Companhia. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais) remunerada a IPCA + 5,55% a.a. A emissão foi realizada nos termos da Lei nº 6.404 e Instrução CVM 476, dispensando o registro de oferta pela CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”). As debêntures terão prazo de liquidação de 7 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de agosto de 2021, portanto, vencimento em 15 de agosto de 2028, sendo as parcelas amortizadas anualmente, com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2025. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2022. A operação está indexada a DI+ 1,50% a.a. via contrato de *Swap (hedge accounting)*.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2023	31/03/2022
Safra 23/24	-	115.849
Safra 24/25	102.022	101.172
Safra 25/26	145.484	139.377
Safra 26/27	118.513	125.460
Safra 27/28 a 30/31	<u>120.446</u>	<u>108.902</u>
	<u>486.465</u>	<u>590.760</u>

As Companhias combinadas têm algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias avais de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 18.

b. Financiamentos Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	31/03/2023	31/03/2022
Repasso de recursos (Selic)	26.371	25.955
Adiantamentos - Cooperativa - Sem correção	<u>19.840</u>	<u>20.038</u>
	<u>46.211</u>	<u>45.993</u>

21 Passivo de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31/03/2023	31/03/2022
Saldos iniciais	79.697	58.805
Ajuste por remensuração	2.142	30.977
Despesa de depreciação	<u>(16.483)</u>	<u>(10.085)</u>
Saldos finais	<u>65.356</u>	<u>79.697</u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Divulgações adicionais

O Grupo Econômico Balbo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

	31/03/2023	31/03/2022
Saldos iniciais	73.694	57.447
Ajuste por remensuração	2.142	30.977
Pagamentos	(18.105)	(15.999)
Juros provisionados	1.661	1.270
	<u>59.392</u>	<u>73.695</u>
Saldos finais	59.392	73.695
Circulante	<u>(16.745)</u>	<u>(16.854)</u>
Não circulante	<u>42.647</u>	<u>56.841</u>

O Grupo Econômico Balbo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Ano safra	31/03/2023	31/03/2022
Safra 2022/2023	-	16.853
Safra 2023/2024	16.744	16.853
Safra 2024/2025	15.577	15.686
Safra 2025/2026	15.577	15.686
Safra 2026/2027 em diante	16.280	16.389
	<u>64.178</u>	<u>81.467</u>
Valores não descontado	64.178	81.467
Ajuste a valor presente	<u>(4.786)</u>	<u>(7.772)</u>
Saldos finais	<u>59.392</u>	<u>73.695</u>

22 Impostos a recolher

	31/03/2023	31/03/2022
INSS a recolher	8.476	7.229
Outros impostos a recolher	8.372	8.214
	<u>16.848</u>	<u>15.443</u>
Circulante	<u>(10.830)</u>	<u>(11.455)</u>
Não circulante	<u>6.018</u>	<u>3.988</u>

23 Demais passivos

	31/03/2023	31/03/2022
Dividendos a pagar	1.404	1.676
Adiantamento de clientes	6.598	5.143
Aquisição de ações de acionistas (i)	93.911	89.588
Provisão parte crédito presumido ICMS (ii)	1.818	4.287
Outros	5.408	5.492
	<u>109.139</u>	<u>106.186</u>
Circulante	<u>(25.186)</u>	<u>(24.767)</u>
Não circulante	<u>83.953</u>	<u>81.419</u>

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios das Companhias combinadas.

Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019, as Companhias combinadas adquiriram no exercício findo em 31 de março de 2022, ações de alguns acionistas (ações em tesouraria) no montante de R\$ 58.266, cujo saldo a pagar será liquidado até 2031. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para as Companhias combinadas nos termos definido na política de compra.

- (ii) Na apuração dos créditos de ICMS, a Companhia combinada Usina Uberaba S.A. adota a metodologia do cálculo presumido, conforme previsão legal, no importe 2,50% sobre comercialização de seus produtos. Deste percentual, 0,40% deve ser destinado a obras de infraestrutura no Estado, nos termos Protocolo de Intenções n° 016/2018.

24 Provisão para contingências

	31/03/2023	31/03/2022
Trabalhistas	2.831	2.831
Tributárias (i)	149.121	100.151
Cíveis	13	13
Ambientais	487	487
	<u>152.452</u>	<u>103.482</u>

- (i) Constituiu-se provisão para contingências de natureza tributária referente aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida (IAA - Nota 4.16 – Ativo contingente). O depósito judicial está evidenciado na Nota 14.

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2021	2.831	67.254	13	487	70.585
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>32.897</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.897</u>
Em 31 de março de 2022	<u>2.831</u>	<u>100.151</u>	<u>13</u>	<u>487</u>	<u>103.482</u>
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>48.970</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.970</u>
Em 31 de março de 2023	<u>2.831</u>	<u>149.121</u>	<u>13</u>	<u>487</u>	<u>152.452</u>

Passivos contingentes

Há contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de março de 2022	14.011	115.380	390	5.611	135.392
Saldo em 31 de março de 2023	12.368	94.471	60	6.660	113.559

25 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

As Companhias combinadas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e suas atividades. Por meio de treinamentos e procedimentos de gestão, buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de se incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa. Para os negócios de açúcar e álcool orgânico, levedura e energia elétrica, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	547.094	614.060
Contas a receber - Clientes	8	90.990	86.478
Contas a receber - Cooperativa	9	148.238	147.144
Demais ativos		5.868	5.240
Depósitos judiciais	14	165.341	113.894
		<u>957.531</u>	<u>966.816</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração relevante, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de “Caixa e equivalentes de caixa”, demonstrado na nota 7, são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que as Companhias combinadas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

As Companhias combinadas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31/03/2023				
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	547.094	-	-	-
Títulos de capitalização	598	-	-	-
Contas a receber - Clientes	79.455	11.535	-	-
Contas a receber - Cooperativa	98.175	50.063	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.941	-	-	-
Demais ativos	2.607	3.261	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	165.341
	<u>738.870</u>	<u>64.859</u>	<u>-</u>	<u>165.341</u>
Passivos				
Fornecedores	111.008	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	245.012	295.275	279.753	-
Financiamentos - Cooperativa	-	46.211	-	-
Passivos de arrendamento	16.745	15.577	27.070	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.987	-	-	-
Demais passivos	18.588	83.953	-	-
	<u>394.340</u>	<u>441.017</u>	<u>306.823</u>	<u>-</u>
31/03/2022				
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	614.060	-	-	-
Títulos de capitalização	600	-	-	-
Contas a receber - Clientes	72.947	13.531	-	-
Contas a receber - Cooperativa	107.427	39.717	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.310	-	-	-
Demais ativos	1.833	3.407	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	113.894
	<u>798.177</u>	<u>56.655</u>	<u>-</u>	<u>113.894</u>
Passivos				
Fornecedores	97.207	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	249.641	379.877	368.767	-
Financiamentos - Cooperativa	-	45.993	-	-
Passivos de arrendamento	16.853	16.853	39.989	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.410	-	-	-
Demais passivos	19.624	81.419	-	-
	<u>387.735</u>	<u>524.143</u>	<u>408.756</u>	<u>-</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.
Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras das Companhias combinadas, conforme quadros abaixo:

	31/03/2023	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	547.094	-
Títulos de capitalização	598	-
Contas a receber - Clientes	90.990	-
Contas a receber - Cooperativa	148.238	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.941
Demais ativos	5.868	-
Depósitos Judiciais	165.341	-
	958.129	10.941
Passivos		
Fornecedores	111.008	-
Empréstimos e financiamentos	614.979	-
Financiamentos - Cooperativa	46.211	-
Passivos de arrendamento	59.392	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.987
Demais passivos	102.541	-
	934.131	2.987
	31/03/2022	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	614.060	-
Títulos de capitalização	600	-
Contas a receber - Clientes	86.478	-
Contas a receber - Cooperativa	147.144	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.310
Demais ativos	5.240	-
Depósitos Judiciais	113.894	-
	967.417	1.310
Passivos		
Fornecedores	97.207	-
Empréstimos e financiamentos	776.070	-
Financiamentos - Cooperativa	45.993	-
Passivos de arrendamento	73.694	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.410
Demais passivos	101.042	-
	1.094.007	4.410

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de produtos fabricados

As Companhias combinadas estão expostas ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar e etanol, convencionais e orgânicos. Em relação a *comodities* de açúcar, com o objetivo de proteção do preço em condições favoráveis de mercado, a Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. já pré-fixou o equivalente 72% da estimativa de produção da safra 23/24. Em relação à safra 24/25, não realizou fixações e mantém constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 23/24.

Em relação ao açúcar orgânico, em parte dos recebimentos, a Companhia combinada Usina São Francisco S.A. opera com *hedge* de proteção cambial para o mercado externo. No mercado interno não há histórico de perda dos preços praticados. Em relação ao etanol orgânico, há uma demanda identificada e contratada, aliado ao monitoramento de aumento da demanda de álcool orgânico no mercado externo. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 23/24. Em relação a *comodities* de açúcar, objetivando a proteção do preço em condições favoráveis de mercado, a Companhia já pré-fixou o equivalente 51% da estimativa de produção da safra 23/24. Em relação à Safra 24/25, a Companhia combinada não realizou fixações e, mantém o constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto.

b. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

As Companhias combinadas estão expostas a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na modalidade CDI, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Ativo			
Aplicações financeiras	7	536.554	611.510
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	20	513.173	658.461

O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI para o próximo exercício, ou seja, 12,90% a.a.

Para os cenários I e II das aplicações financeiras foram consideradas uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros ativos	Risco	Exposição	Provável	I	II
Aplicações Financeiras	variação CDI	536.554	69.215	51.912	34.608

Para os cenários I e II dos empréstimos e financiamentos foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros passivos	Risco	Exposição	Provável	I	II
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	513.173	66.199	82.749	99.298

Em 31 de março de 2023, os valores de referência (*notional*) dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swap e hedge accounting* vinculados, correspondiam a R\$ 99.028, (em 31 de março de 2022 correspondiam a R\$ 240.626).

Os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra variações cambiais e taxa Libor convertendo esta exposição para R\$ e CDI flutuante e, troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais spread. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2023, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps e hedge accounting* correspondiam a um direito de R\$ 10.941 e uma obrigação de R\$ 2.987 (em 31 de março de 2022 correspondiam a um direito de R\$ 1.310 e uma obrigação de R\$ 4.410).

Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps e hedge accounting* vinculados correspondia, em 31 de março de 2023, ao valor de R\$ 91.074 (em 31 de março de 2022 correspondia a R\$ 243.726).

Para os *hedges* de câmbio referente a exportação de açúcar orgânico, os instrumentos financeiros derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs).

	<u>31/03/2023</u>		<u>31/03/2022</u>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos SWAP (i)	4.931	2.826	793	2.877
SWAP - Hedge Accounting (ii)	<u>6.010</u>	<u>161</u>	<u>517</u>	<u>1.533</u>
	<u>10.941</u>	<u>2.987</u>	<u>1.310</u>	<u>4.410</u>

- (i) Considera o total dos SWAPs - dólar para reais e taxa pré para pós.
- (ii) As Companhias combinadas Usina Santo Antonio S.A. e Usina São Francisco S.A. optaram pela utilização da contabilidade de *hedge (hedge accounting)* de valor justo para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. Os objetos do hedge eleitos para designação são uma captação realizada através da emissão de uma debênture e um CRA, ambos ao custo indexado ao IPCA, onde, as Companhias combinadas optaram pela contratação de um SWAP, substituindo o IPCA pelo CDI. Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para hedge proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações das taxas de juros, ou seja, variação entre o IPCA e CDI.

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma despesa de R\$ 2.715 (em 31 de março de 2022 correspondia a uma despesa de R\$ 16.088).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	31/03/2023	31/03/2022
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	13.351	16.850
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	536.554	611.510
Passivos financeiros	627.999	785.175

Gerenciamento do capital

Os objetivos das Companhias combinadas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Uma das práticas da administração na gestão do seu endividamento com objetivo de melhorar as condições de captações é a utilização dos instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem financeira (inclui financiamentos Cooperativa) em 31 de março de 2023 e de 2022 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2023	31/03/2022
(+) Empréstimos e financiamentos	661.190	822.064
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(547.094)	(614.060)
(+ / -) Instrumentos financeiros derivativos	(7.954)	3.100
(=) Dívida líquida (A)	106.142	211.104
Total do patrimônio líquido (B)	1.533.203	1.257.620
Total do capital (A + B)	1.639.345	1.468.724
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A+B)	6	14

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo utilizam um método de avaliação classificado em três níveis.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- **Nível 3 - Inputs**, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Dentre as Companhias combinadas, exclusivamente as Companhias Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. mantêm apenas instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo em suas demonstrações financeiras. As operações consistem em *swaps* de taxa de juros classificadas como nível 2 na hierarquia de valor justo.

Veja nota 5 (iii). E mantêm o ativo biológico classificado como nível 3 na hierarquia de valor justo. Veja nota 5 (i).

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

26 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 18.370 (R\$ 16.456 em 31 de março de 2022). Não há concessão ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem adiantamentos para futuro aumento de capital, dividendos a pagar aos acionistas e aquisição de ações em tesouraria.

	31/03/2023	31/03/2022
Passivo circulante		
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar	1.906	2.544
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	1.320	1.320
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	<u>10.596</u>	<u>9.433</u>
	13.822	13.297
Passivo não circulante		
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	83.315	80.155
Compra de cana-de-açúcar		
Partes relacionadas	41.753	37.009

c. Contrato de fornecimento

- As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol convencional junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.
- As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. também são intervenientes garantidoras das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.
- A Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. possui contrato de exclusividade de fornecimento de cana-de-açúcar orgânica, junto a Companhia combinada Usina São Francisco S.A., com prazo até a safra 25/26.

27 Patrimônio Líquido

No contexto das demonstrações financeiras combinadas, as rubricas que compõe o patrimônio líquido (capital social, reservas de lucros, dentre outras) estão apresentadas em apenas um item denominado patrimônio líquido. Esta nomenclatura segue também nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

As informações desta nota são derivadas das informações financeiras da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A. (consolidado), Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. Dessa forma, conforme apresentado na Nota 3, estas demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo não representam as demonstrações financeiras individuais destas entidades.

a. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Em 29 de julho de 2022 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. no valor total de R\$ 208.221, decorrente de deliberação assemblear.

Em 30 de julho de 2021 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. no valor total de R\$ 197.815, decorrente de deliberação assemblear.

b. Ações em tesouraria

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023 não houve novas aquisições de ações de acionistas. Até 31 de março de 2022 haviam sido adquiridas 200.837 ações da Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. e 69.570 ações da Companhia combinada Usina São

Francisco S.A. de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”.

c. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023 foi feita a reserva de lucros para aquisição de ações no montante de R\$ 91.667 (2022 - R\$ 63.176). (Nota 23)

(iii) Reserva reflexa de investida

Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, em cada entidade individual.

Em assembleia dos acionistas realizada em 29 de julho de 2022 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 15.630 e na assembleia em 30 de julho de 2021, R\$ 9.098.

A distribuição proposta pela administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	31/03/2023	31/03/2022
Lucros acumulados	306.755	261.324
Lucro líquido do exercício	264.391	335.140
(-) Aumento de capital	(208.221)	(197.815)
(-) Dividendos complementares	(15.630)	(9.098)
(-) Reserva legal	(12.782)	(16.694)
(-) Dividendos obrigatórios	(1.278)	(1.668)
(-) Reserva de lucros	(91.667)	(63.176)
(-) Efeito adoção CPC 43	(8.737)	(1.258)
	<hr/>	<hr/>
Lucros à disposição da Assembleia Geral	<u>232.830</u>	<u>306.755</u>

28 Receita operacional

As receitas operacionais são compostas substancialmente pela venda de açúcar, açúcar orgânico, etanol, etanol orgânico, produtos orgânicos de varejo, energia elétrica, derivados de levedura, bagaço de cana-de-açúcar e prestação de serviços agrícolas, praticadas no mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2023	31/03/2022
Açúcar	448.390	368.849
Açúcar Orgânico	254.629	265.780
Etanol	931.913	1.138.154
Etanol Orgânico	80.832	61.443
CBIOS	32.296	14.060
Outros produtos orgânicos	37.648	31.756
Derivados de levedura	14.346	18.802
Cana-de-açúcar	3.092	7.788
Energia elétrica	45.398	37.772
Venda de lotes	2.285	3.563
Serviços prestados	6.769	4.406
Bagaço da cana	8.562	8.632
Combustíveis e lubrificantes	2.917	3.307
Outras vendas	<u>17.285</u>	<u>9.531</u>
Receita bruta	1.886.362	1.973.845
(-) Impostos sobre vendas	(121.213)	(153.737)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(5.010)</u>	<u>(4.746)</u>
	<u><u>1.760.139</u></u>	<u><u>1.815.361</u></u>

29 Custo de produção

O custo de produção das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos e da lavoura, prestação de serviços por terceiros, mão de obra e encargos sociais, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, as quais em conjunto perfazem aproximadamente 97% do total do custo de produção dos produtos acabados.

30 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2023	31/03/2022
Despesa com pessoal	(65.342)	(54.858)
Depreciação e amortização	(1.366)	(983)
Despesa com comercialização Cooperativa	(7.879)	(4.066)
Despesa com comercialização - orgânicos	(30.430)	(20.554)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(24.270)	(21.582)
ICMS Subst. Tributária e outras operações	(5.746)	(4.366)
Fretes, carretos, transportes e armazenagem	(36.080)	(37.962)
Outras despesas	<u>(28.297)</u>	<u>(21.503)</u>
	<u><u>(199.410)</u></u>	<u><u>(165.874)</u></u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	(104.471)	(83.961)
Administrativas e gerais	<u>(94.939)</u>	<u>(81.913)</u>
	<u><u>(199.410)</u></u>	<u><u>(165.874)</u></u>

31 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2023	31/03/2022
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais - Cooperativa	1.790	672
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	11.576	3.052
Receita verba indenizatória (Nota 4.16)	123.172	107.502
Dividendos	268	18.332
Ganho por variação patrimonial em investida	47.982	68.766
Receita crédito outorgado ICMS	21.267	-
Outras receitas operacionais	<u>2.124</u>	<u>5.709</u>
	208.179	204.033
Outras despesas operacionais		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(7.320)	(8.490)
Custo na alienação de imobilizado	(876)	(2.180)
Provisões e despesas sobre verba indenizatória (Nota 4.16)	(24.046)	(21.005)
Outras despesas operacionais	<u>(1.924)</u>	<u>(3.287)</u>
	<u>(34.166)</u>	<u>(34.962)</u>
	<u>174.013</u>	<u>169.071</u>

32 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	2.060	157
Juros aplicações financeiras	60.076	24.843
Juros demais operações e outros	<u>16.400</u>	<u>3.296</u>
	78.536	28.296
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(3.309)	(1.564)
Juros apropriados sobre financiamentos	(82.890)	(70.718)
Juros passivos de arrendamento	(1.660)	(1.270)
Atualização de aquisição de ações	(8.861)	(13.781)
Descontos concedidos e outros	(9.386)	(16.201)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	<u>(2.715)</u>	<u>(16.088)</u>
	(108.821)	(119.622)
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	<u>957</u>	<u>2.725</u>
	<u>(29.328)</u>	<u>(88.601)</u>

33 Compromissos

As Companhias combinadas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras as Companhias combinadas têm o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica.

Compras de insumos

As Companhias combinadas constantemente celebram contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de suas lavouras ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

Compras de cana-de-açúcar

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga é determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

34 Cobertura de seguros

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2023, a cobertura de seguros era feita conforme abaixo:

Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Equipamentos	250.000
Lucros cessantes	597.093
Estoques de produtos orgânicos	250.000
Estoque de etanol em poder da Cooperativa	732.043
Estoque de açúcar em poder da Cooperativa	247.856
Recall	5.000
D & O	35.000
Responsabilidade Civil Geral	5.000

- (i) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A.